

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS

Nalva dos Santos Camargo Silva – UFG- nalva.nalva@discente.ufg.br

Karine Nunes de Moraes – UFG karine_ufg@ufg.br

INTRODUÇÃO.

A criação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), marca um processo político e social que dá origem a uma série de políticas para a formação de professores/as para o estado, visando a melhoria da educação básica e, posteriormente, o atendimento de dispositivo da LDB (Lei 9394/1996) ao enfatizar a necessidade da formação inicial em curso superior de licenciatura como condição para atuação na educação básica. Nesse entendimento, o estudo em desenvolvimento aborda sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica PARFOR, e a implementação do projeto das Licenciatura Plena parcelada, LPP enquanto política de formação docente. Para tanto, apresentamos brevemente, o histórico da UEG, e a implementação desses programas e parcerias que ao longo de vários anos possibilitaram à instituição desenvolver atividades formativas com os cursos de licenciatura, formando docentes em distintas áreas para atuar na educação básica estadual e municipal em Goiás e no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Criada pela Lei nº 13.456 de 16 de abril de 1999, a UEG é uma universidade estadual, resultado da aglutinação de quinze faculdades isoladas, dentre as quais estavam a Uniana e a antiga Faculdade de Ciências e Economia de Anápolis (FACEA) além de outras quatorze instituições de educação superior do Estado. A UEG foi criada com o propósito de ampliar a formação docente no estado e destacou-se por ofertar cursos voltados à formação de professores nos duzentos e quarenta e seis municípios goiano.

A partir dessa perspectiva, a criação da UEG, marca, um momento significativo para a educação em Goiás, pois além de promover o avanço nos níveis formativos, também contribui para o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB lei 9394/1996), salientando em seu artigo 62 que, “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação [...]” Brasil (1996, p. 26). O dispositivo legal apresentado pela LDB, evidencia a necessidade da formação docente e do preparo dos professores em cursos de licenciatura e, embora não aborde, a supracitada lei, a grosso modo, articula a formação docente à melhoria da educação básica.

A partir do exposto, observa-se que a UEG, como uma universidade pública e gratuita, propiciou formação em nível de graduação por todo o estado e conforme o Estatuto, homologado pelo Decreto n. 5.130 de 3/11/1999, a instituição tinha por finalidade,

II – Graduar e pós-graduar profissionais nas diversas áreas, preparando-os para o mundo do trabalho e para contribuir como desenvolvimento de Goiás e do Brasil; III - formar pessoas qualificadas para o exercício da investigação científica e do magistério, bem como das atividades políticas socioculturais, artísticas e gerenciais; VII - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, em todos os níveis e modalidades, por meio de programas destinados à formação continuada dos profissionais da educação. Goiás (1999)

A promoção da formação de profissionais de áreas diversas, a partir do referido decreto é vista como contributo à melhoria do ensino, além disso, ressalta o papel substancial da (UEG) na democratização e organização da educação superior no estado de Goiás, por implementar atividades de formação inicial e ampliar o acesso à educação superior pública. Destarte, o desenvolvimento de atividades de formação inicial oportunizou à instituição ampliar o trabalho com a licenciatura, contribuindo ainda mais com o estado na implementação de programas como o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), criado pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, permitiu a formação de “professores em exercício na rede pública de educação básica o acesso à formação superior exigida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/1996)” Brasil (2005).

Outro programa também relacionado à formação docente implementado, foi o das Licenciaturas Plena Parcelada ou emergenciais, (LPP), fruto do convênio firmado entre a UEG e a Secretaria Estadual de Educação (SEE) a (LPP) é um programa que visava formar professores para áreas distintas em cursos de graduação. Assim, segundo Arantes (2013, p. 3)

O primeiro convênio foi firmado entre a UEG e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), em 1999, oferecendo 2.100 vagas, distribuídas entre os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia, Química e Biologia. Este convênio, encerrado em 2001, resultou na colação de grau de 1883 professores / alunos, causando um grande impacto no Estado de Goiás

O convênio apresentado por Arantes (2013) mostra que a implementação da (LPP), contribuiu para que a universidade pudesse promover cursos em diversas áreas, licenciando em seus primeiros anos de existência, quase dois mil professores. Nesse contexto, a oferta de cursos por meio da (LPP) a partir de 2001, se deram também em parceria com outras instituições como a Associação Goiana dos Municípios (AGM) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado (SINEPE). Arantes (2013).

A partir do programa da LPP, a UEG até dois mil e seis foi responsável pela formação de 21.647 professores, nos cursos de Letras, Biologia, História, Geografia, Matemática, além de outros Arantes (2013), preparando os docentes já em atuação e abrindo caminhos para a

formação de novos docentes para atuar na educação básica e desse modo reduzir o número de professores sem a formação mínima exigida pela LDB. Assim, a implementação do PARFOR, de acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CAPES (2019),

[...] visa induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para profissionais do magistério que estejam no exercício da docência na rede pública de educação básica e que não possuem a formação específica na área em que atuam em sala de aula.

A proposta do PARFOR de formar professores/as foi amplamente estruturada, a partir de convênios entre o Ministério da Educação MEC e Universidade Aberta do Brasil UAB. Assim sendo, observa-se que o PARFOR e a UAB, são programas, cujo objetivo principal é a formação docente, em específico aqueles já em atuação na educação básica. Compreende-se com isto que os dois programas, buscaram atender às demandas de qualificação docente, sobretudo, em regiões onde a carência de professores habilitados era mais acentuada. Atuando, como um importante pólo na oferta de cursos de licenciatura, em regiões distintas, a UAB foi essencial para garantir o acesso à formação inicial e continuada. Assim, o PARFOR, juntamente com a UAB disponibilizaram, um total de 650 vagas de graduação em

História será ministrado nos municípios de Alexânia (75), Itumbiara (50), Porangatu (50) e Rio Verde (75), totalizando 250 vagas. O curso de licenciatura em Informática será nos municípios de: Aparecida de Goiânia (100), Ceres (100), Goianésia (50), Goiânia (100), Itumbiara (100) Porangatu (50), Posse (50) e Rio Verde (100). (UEG, 2010, p. 73)

A abertura de vagas pelo PARFOR na UEG, nos cursos descritos acima e também outros ressaltam uma preocupação com a formação docente, reforça a expansão da educação superior no Estado e reitera o processo de interiorização, deste nível de ensino, visto que segundo Ferreira e Brzezinski (2020, p. 4) o PARFOR,

previa a ampliação de matrículas em cursos de pedagogia e licenciatura, além da oferta de cursos emergenciais de formação pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), para professores em exercício na rede pública. Entre seus objetivos estão promover a melhoria da educação básica pública, ampliando o número de docentes formados em instituições de ensino superior[...]

Observa-se a partir do excerto acima que, o desenvolvimento das atividades formativas efetivadas pelo PARFOR e pela (LPP) foi subsídio essencial para o desenvolvimento da formação docente, e, conseqüentemente, alicerce para a melhoria constante da educação básica nos duzentos e quarenta e seis municípios goiano.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As atividades realizadas pela (UEG) desde sua criação em 1999, representaram um marco na democratização do acesso à educação superior no estado especialmente, com o desenvolvimento de políticas voltadas à formação de professores/as. Nesse entendimento, programas como PARFOR e as LPP foram essenciais para o avanço da capacitação dos profissionais da educação, assegurando formação de qualidade e promovendo a redução da demanda regional de docentes com curso superior. As medidas adotadas pela UEG, na realização de parcerias com o MEC/UAB reforçaram o compromisso da UEG com a educação, pública de qualidade, corroborando também para o desenvolvimento social e educacional de Goiás.

Referências

BRASIL 2025 - <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35038>

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. R. V. Refletindo sobre a UEG: o programa licenciatura plena parcelada de pedagogia para trabalhadores da educação. 2013. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/selt/article/view/3733>. Acesso em: 13 de jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em 10 de jan. 2025.

FERREIRA, A. de M. Brzezinski, I, Parfor e formação de professores para educação básica: obstáculos e potencialidades. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v26/1981-0431-LC-26-e24977.pdf>. Acessado em 20 de dezembro de 2024

GOIÁS, [DECRETO Nº 5.130, DE 03 DE NOVEMBRO DE 1999](#) - Homologa o Estatuto da UEG. Disponível em: https://www.ueg.br/conteudo/22912_legislacao_aplicavel. Acesso em 10 de jan. 2025.

UEG 2009. Disponível em https://www.ueg.br/noticia/37395_ueg_ja_expediu_mais_de_35_mil_diplomas. Acesso em 20 de jan. 2025.